

Emendas populares podem chegar a 80, amanhã

Já estão protocoladas 28, com apoio de mais de 4 milhões de pessoas. Muitas serão recusadas

Uma tonelada e meia de papel contendo as assinaturas de quatro milhões cento e vinte e sete mil duzentos e setenta e dois eleitores, arrumadas em 380 caixotes e encadernações, constituem-se nas vinte e oito emendas populares encaminhadas até ontem à noite à Comissão de Sistematização. A todo esse volume de celulose e tinta, que empilhado alcançaria os quarenta e cinco metros de altura, vão se somar até a meia-noite de quinta-feira — quando se encerra o prazo para recebimento — pelo menos outras quarenta novas propostas.

Pela previsão dos funcionários do setor, até as 24h de quinta-feira entre 80 e 100 emendas de iniciativa popular estarão protocoladas na Assembleia Nacional Constituinte, uma boa parte delas não terá preenchido os requisitos regimentais e será impossível conferir com precisão a exatidão dos números de títulos de eleitor justapostos às assinaturas, sua autenticidade e, principalmente, o respeito ao limite de três subscrições por cidadão.

Os funcionários do Setor de Emendas Populares evitam falar no assunto, mas terminam reconhecendo que o limite de três assinaturas foi só uma forma "de conscientizar o cidadão", já que nunca se contou com a possibilidade de conferir o respeito à norma. Afinal, só nas 28 emendas recebidas até ontem (10) à tarde — nove das quais não cumprem todas as exigências — havia mais de 4 milhões de assinaturas, e são esperados ainda entre 50 e 70 documentos.

Mesmo o número mínimo exigido para respaldar uma emenda popular — que deve ser subscrita por 30 mil eleitores — é precariamente verificado. "Nós contamos uma parte, fazemos um bolinho e depois vamos fazendo bolinhos da mesma altura", explicava uma funcionária ontem à tarde, recebendo a 28ª emenda e observando nela mais de uma irregularidade. A dificuldade em conferir é tanta que alguém deixou escapar um "que burrice!", ao perceber que no ofício em que a As-

sociação dos Servidores do Mopbral apresentava sua sugestão estava expressa a existência de número inferior a 30 mil subscrições: tivessem ficado quietos, talvez passasse.

Esta emenda, pedindo a valorização da educação do adulto, cometeu duas das falhas mais comuns: não dispunha do número mínimo de assinaturas e não contava com o apoio de três entidades. Outra falha corriqueira é a falta de endereço e número do título de eleitor, junta e seção. A carência desses detalhes derrubou, enquanto emendas de iniciativa popular, várias sugestões — inclusive aquela que, até agora, é a campeã em número de subscrições: a emenda sobre os direitos da criança, articulada pela Comissão Nacional Criança e Constituinte.

CRIANÇA

Assinada quase exclusivamente por crianças, que não têm título de eleitor, ela figurará inais como uma forma de pressão sobre os constituintes e irá a plenário com a subscrição do deputado Nilson Gibson (PMDB-PE). Obter esta única, mágica, assinatura é o caminho mais fácil para quem não conseguiu cumprir os requisitos regimentais (trinta mil assinaturas, respaldo de três entidades legalmente existentes, endereço e dados eleitorais dos cidadãos que subscvem a sugestão).

Das novas emendas recusadas até ontem, seis já contavam com a subscrição de parlamentares. A assinatura do constituinte Melo Reis (PDS-MG), por exemplo, levará para o plenário emenda apresentada pelo Colégio dos Jesuítas de Juiz de Fora, que, na briga por verbas públicas, não logrou obter mais de 3 mil 785 subscrições.

A educação, aliás, é um tema de boa presença nas emendas populares — e também uma questão sobre a qual não há consenso entre os interessados, que se dividem basicamente em dois grupos, e dos defensores da exclusividade da distribuição de verbas oficiais para as escolas públicas e os que postulam a

extensão deste direito às escolas particulares, desde que mantidas por instituições sem fins lucrativos.

LOBBIES

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e duas associações de instituições católicas de ensino apresentaram emenda que conta, entre as aceitas pela Constituinte, o maior número de assinaturas até o momento: 749 mil 856. A CNBB, entre outros pontos, defende o direito de escolas particulares sem fins lucrativos serem aquiñoadas com recursos públicos. Na trincheira oposta, enfrentando um dos mais fortes lobbies da Constituinte, está o Fórum Nacional da Educação, que reúne 14 entidades e entregará emenda defendendo, neste aspecto, exatamente o contrário do que deseja a CNBB.

"O ensino público, gratuito e laico em todos os níveis de escolaridade é direito de todo cidadão", pretende o Fórum, cuja proposta, se aprovada reservará para a rede pública todas as verbas oficiais e proibirá qualquer tipo de isenção fiscal para as escolas particulares. Contra fortes lobbies lutam também outras entidades. A Federação Nacional dos Jornalistas, que deseja ver criado um Conselho Nacional de Comunicação, com atribuições que vão até a distribuição de concessões para rádio e TV, tem contra sua posição a de cerca de 200 constituintes ligados ao setor empresarial desta área. Assim, também não será fácil o caminho das 21 entidades que subscvem emenda em favor dos direitos do trabalhador, já se tem observado a grande resistência contra alguns dos pontos fundamentais desta emenda, como o salário mínimo real, a jornada de 40 horas semanais, o recebimento de férias em dobro e a estabilidade no emprego.

A CNBB estará em choque com outras correntes na questão do aborto. Proibido por uma das três emendas elaboradas pelo clero, ele é considerado lícito por emenda encampada por 16 entidades de cinco estados brasileiros.

GIVALDO BARBOSA



As grandes estantes reservadas para as emendas populares mostram-se insuficientes

O CALENDÁRIO DA CONSTITUINTE

PRAZOS DA CONSTITUINTE

Dia 13/8 — Término do prazo para apresentação de emendas ao projeto constitucional.
Dias 14/8 a 23/8 — Prazo para o relator elaborar parecer sobre o projeto e as emendas de plenário.
Dia 24/8 — Publicação e distribuição do parecer do relator.
Dias 25/8 a 30/8 — Discussão e apresentação de emendas ao substitutivo do relator.
Dias 31/8 a 7/9 — Relator dá parecer sobre as emendas ao seu substitutivo.
Dias 8/9 a 9/9 — Publicação e distribuição em avulsos do parecer sobre as emendas.
Dia 10/9 — Data para formulação de pedidos de destaque.
Dia 11/9 — Início da votação, por títulos ou capítulos, ressalvados os destaques e as emendas, ainda no âmbito da Comissão de Sistematização.
Dia 17/9 — O presidente da Constituinte recebe do grupo de Sistematização o substitutivo aprovado, acompanhado de todas as emendas, para votação em primeiro turno no plenário.
Dia 19/9 — Publicação e distribuição de Avulsos.
Dia 20/9 — Início da votação em plenário.

★ A partir do dia 20 de setembro, o Regimento Interno da Constituinte não estipula prazos rígidos.

Virão caravanas de todo o País

Caravanas vindas de todos os pontos do Brasil reúnem-se amanhã a partir das 14 horas na rampa do Congresso em ato público antes do encaminhamento de 31 emendas populares à Comissão de Sistematização da Constituinte. Participarão do movimento parlamentares do PMDB, PDT, PT, PCB e PC do B, bem como representantes de diversas entidades sindicais. Segundo o deputado José Genoino (PT-SP), são esperadas pelo menos duas mil pessoas nessa manifestação, onde será defendida a proposta de seu partido propondo eleições gerais seis meses a partir da promulgação da nova Carta. Contudo, Genoino garante que o ato "não será um comício".

Nove das trinta e uma propostas foram patrocinadas pelo PT. Ao todo serão encaminhadas três emendas populares defendendo a reforma agrária.

Cada uma das proposições foi apresentada por entidades diferentes. Uma é da Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja; a outra é da CUT e PT e a última é da CGT, Contag e Associação Brasileira de Reforma Agrária. A ideia inicial era tornar a quarta-feira o "Dia Nacional da Entrega das Emendas Populares". Entretanto, o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte preferiu desvincular suas propostas das apresentadas pelas demais entidades e encaminhá-las antecipadamente. Genoino fez críticas severas à entidade e também à Igreja que tem o controle da Plenária Pró-Constituinte.

Na quinta-feira, último dia para o encaminhamento dessas propostas, Ulysses já tem audiência marcada com o governador da Bahia, Waldyr Pires, e bancadas baiana do PMDB, PFL, PCB e PC do B, que entre-

garão emenda popular contra a divisão do Estado para a criação do Estado de Santa Cruz. Por sua vez, o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) encabeça comitiva de empresários e políticos gaúchos que apresentarão ao presidente da Constituinte emenda contrária à aprovação da jornada de 40 horas semanais e estabilidade no emprego.

Para guardar toda essa papelada, a Comissão de Sistematização preparou uma sala onde três gigantescas estantes de oito metros de comprimento por dois metros e meio de altura serão ocupadas com as emendas populares. Até ontem, uma dessas estantes já estava cheia, bem como uma outra tinha sido ocupada em um terço de seu espaço. Ao final dos trabalhos constituintes todas essas emendas serão microfilmadas pelo Arquivo da Câmara.

Realeza também poderá voltar

"Pouco após o golpe de Estado de 15 de novembro de 1889, que banhi de nossa terra o imperador Dom Pedro II, de tão benfazeja atuação à testa de nosso país...". O trecho bem poderia ter saído de algum alfarribo já feito peça de museu. Mas não: ele está na justificativa de uma das mais de 50 emendas populares que serão entregues à Constituinte entre hoje e amanhã e que pretendem alcançar objetivos tão distantes como a proteção à criança e a seus direitos e a restauração do "parlamentarismo monárquico".

A emenda monarquista pede que a 15 de novembro de 1993 — exatos 106 anos após a proclamação da república — "o povo defina através de plebiscito qual o regime de governo ade-

quando para o País entre o presidencialismo, o parlamentarismo republicano e o parlamentarismo monárquico".

A tentativa de restauração da monarquia é encabeçada por instituições voltadas a este modo de governo: o Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos, com sedes no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o Instituto de Pesquisa Monárquica (RJ) e os Centros Monárquicos do Rio de Janeiro e da Bahia, além de "associações de bairro" até o momento não identificadas.

No vasto espectro das emendas, há de tudo. Várias referem-se à criança, à saúde e à educação. Há propostas semelhantes e propostas conflitantes. É difícil fazer previsões sobre a aprovação ou não destas

emendas, mas o conteúdo de algumas — como a da reforma agrária, dos direitos dos trabalhadores e os pontos sobre a distribuição de verbas para educação — já estão entre os temas polêmicos da Constituinte e tiveram as posições mais progressistas bombardeadas em discussões ou votações anteriores. Embora seja difícil votar contra as assinaturas de mais de 1 milhão de crianças, por exemplo, já se viu que boa parte dos constituintes vota de acordo com os interesses de determinados grupos da sociedade. Assim, a monarquia não passa — mas a reforma agrária mais radical, pretendida pela Contag e uma série de outras entidades, também não deve sair da Constituinte.

Baiano faz sua própria emenda

Morador da rua Celeste número 2 — Caminho de Areia, município de Salvador — um cidadão identificado apenas pelo número do título de eleitor e pelo nome de Antônio Filgueira Fortuna deve ter tido muito trabalho para colher as 30 mil assinaturas apostas a sua emenda de iniciativa popular. Um esforço feito, aparentemente, em vão.

Para começar, Fortuna, ao apresentar a emenda em seu próprio nome, deixou de cumprir um dos preceitos regimentais, pelo qual só são aceitas as emendas encampadas por no mínimo três entidades legalmente registradas. Além disso, constam das folhas apenas as assinaturas de quem subscveu a emenda, faltando o endereço e os dados do título de eleitor. Com estas irregularidades, a sugestão do cidadão baiano está destinada aos arquivos.

Ele pretendia que fossem criadas delegacias de defesa dos direitos do cidadão, pelo País afora, e parques com oficinas e lazer para os idosos "em cada distrito do Brasil". Se tivesse cumprido todas as regras, disporia de 20 minutos para defender, em plenário, esta posição. Como não o fez, ficará, com seu sonho.

Municípios vão à luta

A Frente Municipalista Nacional apresentará ao plenário emendas modificando 34 artigos do projeto de Constituição e acrescentando outro, através do qual os prefeitos pretendem adquirir a competência de "instituir, como tributo, contribuição para garantir a execução de programas próprios", desde que a vigência do imposto não ultrapasse o final do mandato e tanto a contribuição como os seus fins tenham a aprovação de dois terços dos vereadores.

Os municipalistas — representados, entre outros, pelos deputados Vasco Alves (PMDB-ES), Airton Sandoval (PMDB-SP) e Alexandre Puzyna (PMDB-SC) — são contrários à alínea que estabelece serem as desapropriações urbanas pagas sempre à vista e em dinheiro. Uma das emendas elaboradas pela Frente quer permitir o pagamento em títulos da dívida pública, no caso dos terrenos ociosos.

Eles desejam também incluir os terrenos de marinha entre os bens do Município, e pretendem que os subsídios de prefeito, vice-prefeito e vereador sejam fixados ao final de cada legislatura — como consta do projeto —, mas que-

rem tornar expresso que este ato se dará sempre antes das eleições. E estão preocupados com incisos onde se estabelecem licença-prêmio e adicional por tempo de serviço: consideram que propostas deste tipo só podem partir do Executivo, baseadas nas disponibilidades.

Os prefeitos sentem-se discriminados, juntamente com as câmeras de vereadores, pelo artigo que define as partes legítimas para propor ação de inconstitucionalidade: acham que a lista deve ser ampliada para incluí-los, e propõem que a mesma competência seja estendida à Mesa das câmeras municipais. Desejam ver sua capacidade de arrecadação ampliada pela inclusão em artigo onde é determinado que a União, os Estados e o Distrito Federal poderão instituir empréstimos compulsórios para atender despesas extraordinárias provocadas por calamidades. E desejam receber, diretamente da União, sem intermediação do Estado, sua cota em impostos federais.

Outro ponto importante, nas propostas municipalista, trata de reforma tributária. Os prefeitos vêm insistindo em que há pressa de resolver a situação de insolvência dos municípios.

Wiesel: Façam uma grande obra poética

O presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, recebeu ontem a visita do professor e escritor Eliezer Wiesel, prêmio Nobel da Paz de 1986. Com a ajuda de uma intérprete, o judeu romeno Wiesel — que falou em inglês — alertou para a fragilidade que pode apresentar uma Constituição. "Tenho visto o que já foi feito em nome de uma Constituição, o sofrimento que ela trouxe na Alemanha. A constituição da União Soviética fala de igualdade e paz mas lembrem-se do que foi feito no regime de Stalin com esse documento", frisou.

Wiesel, que como judeu sofreu nos campos de concentração da Alemanha, disse que a Constituição brasileira deve ser um instrumento contra a indiferença, a hipocrisia e a favor da igualdade social, devendo priorizar a dignidade das pessoas antes de problemas como a defesa nuclear. Ele fez votos de que o Brasil consiga um documento que transcenda as fronteiras do país, e que seja ainda "uma obra literária e poética de grande porte".

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de quem partiu o convite para a visita, assegurou que a intenção dos constituintes é elaborar uma Constituição que assegure a paz, a melhoria social e "o fim das injustiças sociais que infelizmente persistem no Brasil".

Mota: PMDB será derrotado se não mudar

Fortaleza — O ex-governador Gonzaga Mota previu, ontem, antes de embarcar para Brasília, o fracasso eleitoral do PMDB, caso "alguns segmentos do partido continuem afastados do povo". Ele se referiu aos seus correligionários que defendem o mandato de cinco anos para o presidente Sarney.

Mota continua rompido com o governador Tasso Jereissati, que prega os cinco anos para Sarney. O ex-governador do Ceará está organizando o comício em favor das eleições diretas para Presidente da República em Fortaleza, que será realizado ainda este mês. Os peemedebistas que seguem a orientação de Mota defendem o lançamento de sua candidatura a prefeito de Fortaleza.

Governadores vão brigar por mais tributos

Da Sucursal

São Paulo — O governador Orestes Quêrcia conversou ontem à tarde por telefone com o seu colega do Rio de Janeiro, Moreira Franco, sobre a possibilidade de marcar para depois do próximo dia 20 a reunião dos governadores. Com o consenso dos secretários da Fazenda reunidos no último final de semana no Rio Grande do Sul em favor do projeto de reforma tributária que está tramitando no Congresso Constituinte, Quêrcia iniciou um processo de consultas para definir a data do encontro, que será mesmo no Rio de Janeiro.

Preocupado com "uma movimentação de autoridades do Governo Federal" para modificar o projeto, que considera muito importante para os Estados e os municípios, Quêrcia disse ser preciso que haja em contrapartida uma articulação dos governadores em defesa dessa proposta de reforma tributária. "Quando se trata de descentralizar o negócio é difícil. Quando se trata de retirar poderes ou recursos do Governo Federal sei que haverá problemas. Mas ou fazemos isso no processo de democratização do País na prática, ou nunca o faremos" — reclamou o governador paulista.

O seu colega de Goiás, Henrique Santillo, confirmou ontem em conversa com Quêrcia no

Palácio dos Bandeirantes, que participará da reunião dos governadores. Ele disse que irá ao encontro porque apóia a posição do governador paulista em relação ao projeto da reforma tributária. Para Santillo, não há condições para rompimento com o presidente José Sarney, como sugerem alguns parlamentares do PMDB. "A minha posição em defesa de cinco anos de mandato para Sarney visa não permitir que a conjuntura influencie decisivamente no processo" — argumentou o governador.

Santillo defendeu ainda a construção da Ferrovia Norte-Sul, dizendo que não é importante apenas para a região Centro-Oeste, mas para "todo o País" para ampliação das fronteiras agrícolas. "Nos próximos 10 anos, segundo ele, precisaremos de um aumento de cinco milhões de toneladas na produção agrícola por ano. "A região que tem condições de produzir e contribuir decisivamente para isso é a região Centro-Oeste" — Acrescentou.

Hoje o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, estará no Palácio dos Bandeirantes almoçando com o governador Orestes Quêrcia. Esta será a oportunidade para Quêrcia encaminhar as suas propostas de modificações no projeto em debate na Constituinte.



Orestes Quêrcia articula reunião de governadores

AGENDA

9h — Sessão conjunta do Congresso Nacional para a leitura de mensagens presidenciais.

9h30m — Reunião da Comissão de Sistematização, para apreciar projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que propõe eleições diretas em 88.

14h30m — Sessão ordinária da Constituinte para continuação da discussão, em primeiro turno, do projeto de Constituição. Estão inscritos para o debate oito constituintes, entre os quais Amarel Netto (PDS-RJ), que vai falar sobre pena de morte e Paulo Delgado (PT-MG), sobre Educação.

18h45m — Sessão extraordinária da Constituinte para discussão do tema "Economia, Propriedade e Estatuto de Empresa Nacional e Estrangeira".

Sistematização vota projeto de diretas já

A Comissão de Sistematização reúne-se hoje, a partir das 9h30, para apreciar projeto de decisão de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) estabelecendo a realização de eleições para a Presidência e Vice-Presidência da República em 15 de novembro de 88. Também estão em pauta oito emendas populares, as de número 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 —, cujos pareceres, dados pelo relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), serão apreciados nesta reunião.

Arnaldo Faria de Sá não teme que o Governo manobre para impedir a aprovação de seu projeto de decisão. Ele afirmava ontem, no início da noite, acreditar que a maioria dos 93 membros da Sistematização compareça ao plenário do Senado para dar número à aprovação da proposta. A proposição foi apresentada há duas semanas e conta com as assinaturas de parlamentares do PMDB, PDT, PCB, PC do B e PTB.

Sessão extra de hoje será sobre economia

A partir de hoje começa a segunda etapa de sessões extraordinárias para discussões de assuntos polêmicos, na Assembleia Nacional Constituinte. Os assuntos em pauta para hoje são relacionados com a economia, propriedade e estatuto de empresa nacional e estrangeira.

Quinze oradores deverão participar da sessão, com a seguinte divisão por legenda: PMDB, três; PFL, dois; PDS, PDT, PTB, PT, PL, PDC, PC do B, PCB, PSB e PMB, todos com um orador. Cada um deles terá 20 minutos para discursar. O início da sessão está marcado para as 18h45 e o término para as 23h45.

Dos vários temas, todos polêmicos, um deverá ocupar mais oradores: o da conceituação de empresas nacionais e estrangeiras. A atuação das empresas estatais na economia nacional também é controversa. Esta é a conclusão a que se chega, levando em consideração os pronunciamentos que vêm sendo feitos nas sessões ordinárias da Assembleia Nacional Constituinte.

A redação dada ao artigo que cuida da matéria, e que foi inserido no projeto de Constituição da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, pelo relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), diz o seguinte: "Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País, ou por entidades de direito público interno".

Debates serão mostrados em telão no Rio

Rio — Os debates da Constituinte serão transmitidos ao vivo, para o Rio através de um telão, que a Embratel colocará em breve na Avenida Rio Branco, em convênio com o Ministério da Cultura. Esse será o próximo passo do Centro de Memória da Constituinte, da Fundação Nacional Pró-Memória, que recebeu consultas de cerca de três mil pessoas sobre os mais variados temas, com destaque para reforma agrária e tributária, sistema eleitoral e constituições de outros países.

Todas as informações estão disponíveis em três terminais de computador ligados aos bancos de dados do Senado e da Fundação Getúlio Vargas. O Centro dispõe também de livros, cartilhas, vídeos, jornais e toda documentação relativa às constituições brasileiras e estrangeiras.